

Artigos Dossiê

Consciência histórica como tema da didática da história

Historical consciousness as a theme of didactic of History

Jörn Rüsen*

Resumo: Acompanhando os debates sobre o conceito de consciência histórica e seu lugar nas relações entre aprendizagem e ensino de História, este trabalho apresenta reflexões acerca do ensino de História como um fator essencial da cultura de orientação temporal e a Didática da História como ciência da aprendizagem histórica. Nesse sentido, focaliza algumas questões como a relação entre consciência histórica e condições políticas e sociais do seu contexto, isto é, como ela é produzida e como ela produz situações nas quais o processo de ensino e aprendizagem ocorre. Ademais, procura explicitar a centralidade da consciência histórica para a aprendizagem e, portanto, para o ensino de História.

Palavras-chave: Didática da História. Aprendizagem Histórica. Consciência Histórica.

Abstract: Accompanying the debates on the concept of historical consciousness and its place in the relationship between learning and teaching History, this work presents reflections about teaching History as an essential factor of the culture of temporal orientation and the Didactics of History as a science of historical learning. In this sense, it focuses on

some issues such as the relationship between historical consciousness and the social and political conditions of its context, that is, how it is related and how it is related to the situations in which the teaching and learning processes occur. Furthermore, it seeks to make explicit the centrality of historical consciousness for learning and, therefore, for the teaching of history.

Keywords: Didactic of History. Learning History. Historical consciousness.

* Doutor pela Universidade de Colônia (Universität zu Köln). Professor aposentado na Universidade de Witten/Herdecke (Universität Witten/Herdecke). E-mail: joern.ruesen@t-online.de

A Didática da História é a ciência da aprendizagem histórica. Seu objeto é a consciência histórica das pessoas como lócus dessa aprendizagem, seu formato, seu desenvolvimento e sua função na vida pessoal e na social dos alunos. Essa definição está mundialmente consagrada, pelo que se instalou igualmente um amplo debate sobre a consciência histórica.

Esse debate possui, obviamente, diversas ênfases. Uma delas está na perspectiva de Piaget e Kohlberg, na psicologia do desenvolvimento, acerca do desenvolvimento genético da consciência histórica. Essa conexão não recebeu, até o presente, a atenção que lhe é (ou melhor: caberia ser) devida na Didática da História.

Para engendrar tal atenção, algumas questões preliminares devem ser esclarecidas. Como a consciência histórica se relaciona com as condições sociais e políticas de seu contexto? Ou seja: 1) Como se relaciona ela e como é ela relacionada à situação em que se desenvolve e se torna oportunidade de processos de ensino e aprendizagem? e 2) Pertence também a essa situação, por certo, a importância da ciência da História como fator influente na respectiva cultura histórica.

O ensino de História é um fator essencial dessa cultura de orientação histórica. Com respeito ao seu significado para a vida social, põe-se a seguinte questão: Que pontos de vista da orientação cultural são adotados pelo ensino e aprendizagem da História em seu contexto político e social?

Quanto à 1ª. questão: A noção de consciência histórica pode ser mal-entendida. *Histórica*, aqui, quer dizer o voltar-se do pensar (e do sentir) para o passado. Entende-se mal esse voltar-se ao concebê-lo como abandono do presente e dos problemas da vida prática humana, e como sua neutralização, mediante o empenho de fundamenta, objetiva e cientificamente, o saber sobre o passado, voltando, assim, as costas ao presente, com o fito de obter um ponto de referência seguro para refletir sobre sua dimensão temporal.

Dá-se justamente o contrário. O pensamento histórico é sempre motivado por questões que o dirigem para o passado. Essas questões tocam sempre problemas que envolvem a vida presente em sua dimensão temporal. No mais das vezes, são questões quanto à própria identidade histórica, que aspira à estabilidade e ao conteúdo normativo-positivo.

Essas questões podem ser também suscitadas por lastros do passado, como culpa, ou por promessas de superação. Podem ser igualmente postas pela convicção de que o passado de cada um produz estabilidade suficiente para enfrentar os desafios atuais. A tradição, em todas as situações da vida, é um fator de orientação temporal – mesmo se com intensidade e formato variados. No entanto, sem os elementos estabilizadores da cultura histórica, a vida social não funciona.

A consciência histórica abre o leque de questões tanto acerca de um passado desafiador quanto sobre uma perspectiva de futuro, afirmativa ou crítica. Essa consciência se enraíza no presente e é portadora de experiências de sua própria evolução temporal, ao pôr questões ao passado e a nutrir expectativas para o futuro.

Nessa interação entre presente e passado, a ciência da História tem uma posição destacada. Ela fornece o saber histórico necessário à interpretação e à compreensão das mudanças temporais do mundo humano. Ao mesmo tempo, ela representa uma forma particular desse saber e de seu manejo. Com seu formato especializado, como ciência, a História aporta elementos e fatores específicos à cultura histórica de seu tempo: crítica e método. Ambos servem à consolidação do poder de convencimento do saber histórico. A ciência transforma saberes em conhecimento. O procedimento próprio à ciência da História é obter saber mediante pesquisa, ou seja, mediante um processo de conhecimento regulado metodicamente. Ela faz do saber histórico disponível na cultura histórica do presente o objeto de controle crítico, podendo, assim, produzir novos saberes a partir dos interesses cognitivos de seu presente. No âmbito da forma científica de conhecimento, o saber histórico adquire uma validade específica (frequente e equivocadamente chamada de “objetividade”). Esse saber se dota, então, de feitiço crítico com relação às orientações históricas prévias e às tradições vigentes. Transforma-se, assim, em instância de verificação da validade de tradições e costumes, expandindo o horizonte temporal da percepção e da compreensão do presente.

Essa validade está, contudo, conexas com certo distanciamento com respeito às carências atuais de orientação e aos interesses de legitimação. Enquanto conhecimento adquirido pelo manejo científico do passado, o saber histórico subsiste, por assim dizer, *por si*. A ciência,

ademais, produz muito mais saberes sobre o passado do que seria necessário para os interesses de legitimação do presente.

Quanto à 2a. questão: Quando se trata, então, de refletir didaticamente sobre a aprendizagem histórica (sobretudo no ensino de História), requer-se um processo próprio e específico do pensamento histórico. Nesse processo (de aprendizagem), busca-se operar o pensamento histórico em uma forma lógica própria de modo a obter conteúdos específicos que sirvam à vida prática.

Quanto à forma, trata-se da estrutura narrativa do pensar e do saber históricos. Quanto ao conteúdo, trata-se de acontecimentos do passado humano, com cujo conhecimento se pode mais bem entender as formas da vida atual e divisar as perspectivas de futuro.

Com tais determinações, constitui-se a Didática da História como parte (relativamente) autônoma da ciência da História (em estreita relação com a Pedagogia [ciência da Educação] e com a Psicologia).

A Didática da História possui três vertentes distintas: *empírica*, *normativa*, e *pragmática*. *Empiricamente*, ela analisa os processos de ensino e aprendizagem da História. *Normativamente*, ela reflete os objetivos do conteúdo e da apropriação dos conhecimentos históricos. *Pragmaticamente*, ela elucida as competências do ensino de História e seus efeitos sobre a consciência histórica dos alunos. Nas três vertentes, a Didática da História, mediante investigação própria, produz entendimento, saber e competência para atuar (no ensino), característico da especificidade profissional do ensino de História.

Merece atenção especial o aspecto genético, na análise da consciência histórica. Como se forma essa consciência? Existem paradigmas consagrados da ontogênese das faculdades mentais, segundo Piaget e Kohlberg. Eles distinguiram diversas formas, logicamente diferenciadas, de competências mentais (por exemplo: percepção de tempo e espaço, representações morais), assim como sua evolução no desenvolvimento dos sujeitos (ou seja: na sua dependência da idade dos aprendizes). As investigações levaram ao estabelecimento de níveis sucessivos de competência mental (percepção de tempo e espaço, raciocínio lógico, representações morais). Esses níveis podem ser constatados, também, na perspectiva filogenética. Eles fornecem uma

estrutura heurística segura para a elaboração de teorias interculturais, antropológicamente fundadas, da evolução sociocultural.¹

Investigações ontogenéticas da consciência histórica praticamente não existem.² Tal decorre do fato de as teorias bem-sucedidas do desenvolvimento das competências mentais terem definido, com clareza, as diversas formas e desenvolvimentos identificáveis dessas competências. Isso (ainda) não acontece com relação à consciência histórica, pois as várias competências narrativas da consciência histórica e sua estrutura lógica são bem mais difíceis de estabelecer teoricamente e de investigar empiricamente.

Se tomamos os critérios de sentido do pensamento histórico, podem-se distinguir quatro tipos,³ que se dão em variegadas combinações, e que podem ser tratados como universais e fundamentais, com base em seu fundamento antropológico: perspectivas tradicionais, exemplares, genéticas e críticas. De acordo com elas, se pode conceber o passado como História, com sentido e significado. Por sua estrutura cognitiva, essas perspectivas podem ser ordenadas, teoricamente, quanto à sua evolução: a tradicional segue a exemplar, a exemplar segue a genética. A crítica promove a transição de uma a outra.

Essa gênese tipológica pode ser pesquisada na história da historiografia. Emerge, assim, uma perspectiva histórica universal quanto à evolução da constituição histórica de sentido, de tradicional a exemplar, e a genética. A crítica fundamenta e promove a transição de um tipo para o seguinte. Essa perspectiva esboçada pela Teoria da História pode ser concretizada empiricamente. O pensamento histórico organizado de modo arcaico (próximo ao mito), exemplar e genético se sucede de modo constante em uma linha histórica evolutiva – no contexto anterior às altas culturas (tradicional), no das altas culturas (exemplar) e no da modernidade (genética) formata-se a apropriação do passado para compreender o presente e projetar o futuro. O elemento crítico regula a transição de um tipo para outro (e, obviamente, também as mudanças no interior de um tipo).

O sequenciamento lógico-evolutivo dos tipos não pode ser entendido como se um tipo substituísse o outro ou que o anterior se dissolvesse no subsequente. Um se mescla no outro, de modo que o precedente é subsumido no seguinte.

Essa tipologia da constituição histórica de sentido pode e deve desempenhar um papel relevante na Didática da História, de duas maneiras: de um lado, ela permite identificar o nível de aprendizagem e a abordagem direcionada (tematização) dos critérios determinantes de sentido. De outro lado, pode-se reconstituir, a partir dela, a evolução da consciência histórica com relação aos diferentes níveis de aprendizagem e abordar essa questão no ensino.

Aprendizagem histórica é um processo mental, no qual o acontecimento humano do passado passa de dado externo a dado interno. Um diálogo nos quadrinhos “Peanuts” (Minduim) entre Charlie Brown e sua irmã Sally, pode exemplificar o que quero dizer aqui.

Charlie pergunta a Sally sobre acontecimentos históricos (“O que aconteceu em 1803, 1716, 1601?”) e recebe uma resposta negativa: “Como poderia saber? Quem se importa com isso?” À pergunta seguinte, que indaga por que ela desconhece tudo isso, vem a resposta lapidar: “Eu não tenho nada a ver com isso”.⁴

Essa negação da História ordenada cronologicamente refere-se à História “externa”. Ela deve e precisa ser *internalizada* e se tornar fator de orientação cultural no tempo. Tal é possível à luz desses critérios de sentido, pois *sentido* quer dizer, de certo modo, *ter a ver com isso*. A virada fundamental, de “não importa” para o interesse e o engajamento é o tema central da Didática da História. Essa virada pode ser explicada a partir dos critérios de sentido do pensamento histórico; ela torna plausível, mediante reflexão, o manejo temático dos acontecimentos do passado (temas históricos) e viabiliza, assim, concretamente, o ensinar e o aprender.

Para tanto, os tipos de constituição histórica de sentido devem ser abordados e refletidos no ensino (o quanto possível usando temas históricos). Como isso pode e deve acontecer – eis a tarefa que a Didática da História deveria trocar em miúdos.

Notas

1. Ver Oesterdiekhoff, Georg W.: Die geistige Entwicklung der Menschheit. Weilerswist: Velbrück Wissenschaft 2012.

2. Kölbl, Carlos: *Geschichtsbewußtsein im Jugendalter. Grundzüge einer Entwicklungspsychologie historischer Sinnbildung*. Bielefeld: Transcript, 2004.

3. Para mais pormenores, ver: RÜSEN, Jörn. “Die vier Typen des historischen Erzählens”. In: RÜSEN, J. *Zeit und Sinn. Strategien historischen Denkens*. 2. ed. Frankfurt am Main: Humanities online, 2012. p. 148-217.

4. Peanuts 09.11.2009, em RÜSEN, Jörn. *Geschichtskultur, Bildung und Identität. Über Grundlagen der Geschichtsdidaktik*. Berlin: Peter Lang, 2020. p. 171.